



PROPOSTAS DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DO TEMA AMAZÔNIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Wesley da Silva Meira

Escola Estadual Afonso Pena: Três Lagoas

Mato Grosso do Sul

wesleymeiraufms@gmail.com

Como citar este artigo:

Meira, W. (2020/21). Propostas de materiais didáticos para o ensino do tema Amazônia: uma revisão bibliográfica. *geTup, Revista de Educação Geográfica/UP*, nº 5/6, 126-136.

ISSN: 2184-0091

DOI: <https://doi.org/10.21747/21840091/geo5a11>

REFLETIR

RESUMO: Este trabalho apresenta resultados de uma revisão teórica conceitual sobre o tema “Amazônia” nos livros didáticos escolares. Objetiva apresentar possíveis propostas de ensino, por meio de sequências didáticas, para se trabalhar com o tema “Amazônia” em sala de aula, partindo do livro escolar como elemento inicial. Para realização da pesquisa, inicialmente, procurou-se fazer levantamento bibliográfico de como é discutido o tema nos livros didáticos de Geografia e dos artigos que diz respeito à importância do livro didático para o ensino desta disciplina. Em seguida, buscou-se compreender os critérios de análise dos documentos educacionais dos PCN, Introdução e Geografia, e da Base Nacional Comum Curricular que regulam o ensino e a aprendizagem do país, trazendo uma reflexão histórico-crítica sobre as relações educacionais com o sistema de competências e habilidades que propõem estes documentos. Fundamenta-se, desta forma, nas contribuições teóricas de Amin (2015); Gabrelon (2013); Sene (2013) e outros autores que refletem sobre o ensino da Geografia, Brasil (1998;1998-a;2003;2018), no que se refere aos documentos educacionais do Brasil e Silva (2016); Antunes (2009) e Vigotski (2009) que embasam o campo crítico entre as relações de ensino e aprendizagem bem como as relações históricas entre as relações de trabalho e educação.

Palavras-chave: Amazônia; Ensino e aprendizagem; Materiais didáticos.

ABSTRACT: This work presents the results of a conceptual theoretical review on the Amazon topic in school textbooks. It aims to present possible teaching proposals, through didactic sequences, to work with the Amazon theme in the classroom, starting from the school book as an initial element. To carry out the research, we initially sought to make a bibliographic survey of how the Amazon theme is discussed in the Geography textbooks and of the articles that concern the importance of the textbook for teaching this discipline. Then, we sought to understand the criteria for analyzing the educational documents of the PCN, introduction and Geography, and of the Common National Curricular Base that regulate the teaching and learning of the country, bringing a historical-critical reflection on the educational relations with the system competencies and skills proposed by these documents. It is based, in this way, on the theoretical

contributions of Amin (2015); Gabrelon (2013); Sene (2013) and other authors who reflect on the teaching of Geography, Brazil (1998; 1998-a; 2003; 2018) with regard to educational documents from Brasil and Silva (2016); Antunes (2009) and Vigotski (2009) that support the critical field between the relations of teaching and learning as well as the historical relations between the relations of work and education.

Keywords: Amazon; Teaching and learning; Teaching materials.

INTRODUÇÃO

Quem observa os métodos de ensino dos conteúdos e atividades escolares junto a matriz curricular cobrada pelos documentos educacionais do Brasil, sabe, à primeira vista, da importância do livro didático como instrumento de apoio do professor em sala de aula. Mas, muitos apontam o livro escolar como um instrumento didático ultrapassado frente aos grandes avanços tecnológicos e a enorme quantidade de informações advindas da internet e outros meios em geral.

Essas informações que podem ser recebidas pela internet, televisão, rádio e outros meios comunicativos, no entanto, não possuem em sua totalidade critérios de avaliação bem constituídos que proporcionem um aprofundamento especializado dos conteúdos cobrados pelos documentos educacionais do Brasil. Por isso, é importante usar o livro didático como um dos elementos principais para elaboração de planos de aula e usufruir da internet e outros meios comunicativos como instrumentos de apoio secundários.

A preocupação com a estrutura do contexto de ensino e aprendizagem em sala de aula é compartilhada por diversos autores, tais como: Vigotski (2009); Oliveira (2014) e Gabrelon (2016), entre outros. Assim como explica Vigotski (2009), o ensino e a aprendizagem precisam desenvolver no aluno a capacidade de abstrair e analisar, conceitualmente, por meio de generalizações, o mundo em que vive. É o que os documentos educacionais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) procuram expor, como o desenvolvimento de habilidades e competências. Mas será mesmo que ensinar para desenvolver certas habilidades e competências promove ao aluno a capacidade generalizada de analisar o Mundo, como pressupõe Vigotski?

No próximo tópico procuramos resposta a essa pergunta. Ensinar Geografia passa, então, a ser, dentro da sala de aula, uma forma de problematizar e explicar o Mundo. A percepção do espaço, as relações sociais, o meio ambiente e seus impactos são temas pertinentes à Geografia como ciência do espaço e que promovem o desenvolvimento do senso crítico do indivíduo em relação ao meio em que vive. Mas, pouco se tem falado de alguns temas geográficos e geopolíticos de total relevância à sociedade brasileira.

Assim, levando para o campo dos temas da Geografia, pouco se tem falado em sala de aula, por exemplo, sobre a temática da Amazônia e sua importância para o equilíbrio ecológico, econômico e político do planeta Terra. Mas, surge recentemente um grande apelo em discutir sobre a Amazônia pelo excesso de desmatamento e a grande quantidade de queimadas que foram ocorrendo no período de 2019, dados alarmantes que ultrapassaram todos os índices desde 2010, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Com efeito, devido à falta de conjunturas teóricas na escola, há uma necessidade de selecionar materiais e métodos para se trabalhar com o tema “Amazônia”. Neste sentido, a proposta desse texto consiste em apresentar possíveis métodos de ensino para trabalhar com o tema “Amazônia” em sala de aula, a partir de materiais didáticos, construindo, também, um panorama educativo que saia do sentido tradicional de ensino/aprendizagem e adentre uma forma mais moderna de lecionar os conteúdos, de forma a proporcionar motivação pela meta do aprender, tanto para o aluno como para o professor. Para tanto, é preciso entender, primeiramente, mais afundo, sobre a importância dos materiais de apoio para

a Educação e como documentos do currículo de ensino constroem um referencial educacional para o país, como veremos a posteriori.

1. A IMPORTÂNCIA DOS MATERIAIS DE APOIO NO ENSINO DO TEMA “AMAZÔNIA”

Como apontado anteriormente, o tema Amazônia está recentemente em alta, desde 2019. Nas redes sociais alavancaram-se discursos sobre a importância da preservação da Amazônia e do meio ambiente. Mas, tratar sobre a Amazônia é muito mais do que contextualiza-la. Não se compreende a fundo sobre o tema apenas pelas discussões elaboradas pelas redes comunicativas, pois estes meios corroboraram com a instantaneidade dos acontecimentos.

Uma explicação bastante fundamentada sobre este processo do “instantaneísmo” das informações é discursada por Sene (2013), em *Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização*. Para o pesquisador, o avanço das tecnologias de comunicação à distância dá-nos a impressão de um mundo acelerado, pois assim que começamos a compreender um determinado acontecimento por esses meios de comunicação, eles elegem outro acontecimento para dar destaque e aquele primeiro é transposto às margens (Sene, 2013).

Os livros didáticos sofrem sim influências do momento, tal como os meios digitais, mas eles mantêm-se em uma gama ampla, sequencial e contínua de conhecimentos sobre as temáticas. Isso se dá, pois, os livros didáticos são agentes do processo de instrução. Segundo o Ministério da Educação (MEC), os livros didáticos no Brasil passam por um processo de avaliação de questões de qualidade e questões de condições políticas e operacionais que os permitem serem utilizados por vários anos, impactando positivamente no contexto escolar. Para além disso, “(...) o livro didático brasileiro, ainda hoje, é uma das principais formas de documentação e consulta empregados por professores e alunos. Nessa condição, ele às vezes termina por influenciar o trabalho pedagógico e o cotidiano da sala de aula. (BRASIL, 2003).

Dutra Junior e Franco (2014, p. 136), em *Amazônia nos Livros Didáticos do Ensino Médio: Estudo Quantitativo*, explicam que “no ensino de Geografia, considera-se que os livros didáticos são um dos principais recursos pedagógicos utilizados nas escolas públicas brasileiras”. Ainda segundo os autores a produção de um livro didático não é neutra, pois sempre privilegia uma determinada abordagem ou ponto de vista.

Por essa ideia, Gabrelon (2016) contribui que os fundamentos da política dos manuais didáticos impactam nas influências da Geografia ensinada na escola. O teórico investiga alguns exemplares de livros didáticos de Geografia que foram aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) e revela que estes são tratados por perspectivas neoliberais reconstruindo propósitos sobre identidade e políticas públicas.

A Geografia escolar serve historicamente para construir a identidade nacional e o livro didático além de ser uma das maneiras desta disciplina apresentar-se na escola, também está inserido em políticas públicas como um dos vetores para o desenvolvimento do sentimento nacionalista. (GABRELON, 2016, p. 3).

A Amazônia é representada de maneiras diferentes em cada livro didático, cada qual com sua abordagem do tema. Mas, os propósitos de ensino daqueles são direcionados para os mesmos vieses pertinentes ao aprofundamento de diversas questões sobre os aspectos humanos e naturais como a economia, recursos naturais, estrutura geológica, crescimento social e entre outros. Isso posto, pois a Amazônia é um amplo espaço geográfico que possui uma importância internacional tanto pela diversidade geográfica quanto pelo meio político. Assim, a região amazônica exige diversos posicionamentos do País e do Mundo para sua manutenção.

A região Amazônica, detentora do maior estoque de recursos estratégicos – água, minerais e biodiversidade – do planeta, passou a ser o centro das atenções internacionais. Configura-se, assim, uma nova realidade geopolítica para a Amazônia, exigindo suas grandes riquezas maior presença do Estado na região, assim como a instrumentalização de políticas que visem a alavancar não só seu crescimento social e econômico, mas também seu desenvolvimento sustentável. (Amin, 2015, p.18).

Esse esforço em desenvolver meios sustentáveis e alavancar o crescimento social da Amazônia, não só advém da preservação e recuperação do meio ambiente, como também, advém da preocupação com as matérias primas que movimentam o mercado internacional, como a madeira e a borracha, por exemplo (Amin, 2015).

O compromisso para lecionar sobre essa temática, portanto, é sem dúvidas um trabalho árduo para o professor. E aqui reside um aspecto de enorme desafio para o processo de mediação educativa. Devido a sua amplitude de processos estruturais a Amazônia é um tema que precisa ser colocado em foco, detalhadamente, para um melhor aproveitamento do conhecimento sobre a região e do movimento que ela provoca na economia mundial. Aí que chegamos à importância dos materiais de apoio como os manuais didáticos para o ensino do tema “Amazônia”.

Os livros didáticos não devem ser usados somente para a realização de exercícios, pois eles dão foco em fatos, tendências, fenômenos, processos a cerca do contexto dos temas em questão de forma sequencial e qualitativa, fomentando discussões sobre a realidade e o mundo. São instrumentos detalhistas que podem ser aproveitados para a realização de uma boa aula que vai para além da leitura, interpretação e realização de exercícios.

Mas, não só o uso dos materiais didáticos garante o desenvolvimento do aluno. O professor precisa readequar-se ao texto. O aprendizado, por exemplo, é mais facilitado para os temas dos quais gostamos. No entanto, os temas que não gostamos podem ser aprendidos com mais facilidade por meio de mediações lúdicas e/ou que fogem do tradicionalismo educacional. Para isso, são imprescindíveis professores que pensam no aprendizado de seus alunos, quando criam seus planos de aulas. O processo de aprendizagem escolar perpassa sempre por uma relação de mediação entre o professor e o aluno (Vigotski, 2009).

2. AS QUESTÕES DE ENSINO SEGUNDO OS PCN E A BNCC

É por meio do processo de mediação que a criança passa de um nível de desenvolvimento para um maior e assim amadurece capacidades superiores de pensar e agir. Essas capacidades são a aquisição de conceitos generalizados e científicos que o permite analisar a realidade profundamente, planejar, raciocinar, calcular e viver em sociedade (Vigotski, 2009).

O curso do desenvolvimento do conceito científico nas ciências sociais transcorre sob as condições do processo educacional, que constitui uma forma original de colaboração sistemática entre o pedagogo e a criança, colaboração essa cujo processo ocorre o amadurecimento das funções psicológicas superiores da criança com o auxílio e participação do professor. (Vigotski, 2009, p. 244).

De fato, é sobre esse desenvolvimento humano que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) refletem. No entanto, nem sempre de maneira emancipatória e reflexiva como veremos. Primeiramente, o que são os famosos Parâmetros Curriculares Nacionais? Eles são documentos que constroem referências comuns educacionais para todas as regiões do Brasil. Em outras palavras, são discussões pedagógicas que promovem uma reflexão geral sobre o desenvolvimento da prática docente e do uso de materiais de apoio para direcionar o aluno a atingir determinadas habilidades e competências. Assim como os PCN, a BNCC é um documento normativo cujo enfoque é aprimorar um modelo de educação geral para o País, implementando habilidades e competências que os alunos e professores precisam adquirir ao longo de sua formação.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um **documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica**, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à

construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). (BRASIL, 2018. Grifo nosso).

Como discutido na seção anterior, será mesmo que ensinar para desenvolver certas habilidades e competências ou certas aprendizagens essenciais promove ao aluno a capacidade generalizada e científica de analisar o Mundo? Como explica Vigotski, o pensamento é um processo constante de abstração, análise e síntese da realidade. E a realidade se apresenta de forma diferente para cada indivíduo devido à capacidade de cada pessoa, de abstrair e enxergar o Mundo (VIGOTSKI, 2009).

Uma criança, por exemplo, não consegue analisar o Mundo como o adulto, pois o adulto possui um amplo conhecimento significativo da realidade, a qual a criança ainda está aprendendo. Isso se dá, pois o adulto possui desenvolvidos os significados e as palavras que são coerentes com a realidade, proporcionando assim que ele abstraia pelos órgãos dos sentidos mais informações do que a criança. Bem como um indivíduo que mora na região nordeste terá uma visão do Mundo, diferente da que reside na região sul pelas variações socioculturais (VIGOTSKI, 2009).

Desenvolver, desta forma, uma mesma competência para vários alunos não garante, necessariamente, uma análise emancipatória e científica da realidade. As questões do ensino para o desenvolvimento de habilidades e competências possuem uma relação histórica. Busquemos, então, compreender essa relação histórica para entendermos os porquês da gestão desse tipo de Educação no Brasil.

“O termo competências aparece no cenário nacional ocupando uma centralidade nas discussões, envolvendo esferas estruturais da sociedade, interferindo nas questões ligadas diretamente ao trabalhador, políticas de gestão, relações de trabalho e formação” (Lindquist, 2003, p. 145).

Tendo em vista, como explica Lindquist (2003), que o termo competências aparece diretamente ligado às relações de trabalho e formação, não há como escapar, portanto, de uma discussão sobre Trabalho e Educação. Isto é, não há como escapar em discutir sobre como às transmutações do mundo do trabalho interfere diretamente na forma como cada indivíduo estuda.

Resumidamente, foram às estruturas Fordista e Taylorista de trabalho que pela perspectiva capitalista impactaram fundamentalmente na Educação. O Fordismo é conhecido como o modelo de linhas de produção ou linhas de montagem, articulado para a produção e consumo em massa a qual visa, de forma técnica e organizada, à produtividade em larga escala. Este modelo, por sua vez, entrou em crise permitindo o surgimento de uma nova relação de trabalho mais racional, comportamental e científica que se acoplou ao Fordismo e se expandiu, o chamado Taylorismo (Antunes, 2009).

Ambos modelos, em linhas gerais, configuraram e exigiram dos meios educacionais uma educação técnica. Era preciso que os operários correspondessem aquela estrutura metabólica do sistema do capital. Surge, portanto, a chamada pedagogia tecnicista. Um modelo utilitário, pragmático e fragmentado para dar conta dessa articulação entre trabalho e educação (Antunes, 2009; Silva, 2016). Assim:

No campo educacional, a tendência liberal tecnicista atua no aperfeiçoamento do sistema capitalista, alinhando-se com o sistema produtivo; para tanto, **seu interesse é produzir indivíduos competentes para o mercado de trabalho**. Digno de nota, **o conceito de competência como algo adequado ao desempenho proposto ou qualificado para “ser admitido a” ou “como ser capaz de”** revelam o significado do termo associado ao contexto da crise estrutural do sistema capitalista, em que o trabalhador tinha que adequar-se às exigências da produção. Nessas circunstâncias, **a lógica do modelo de competências aplicado à Educação parte de uma concepção centrada nos objetivos do ensino, expressados em termos comportamentais, e na utilização de técnicas específicas nas práticas pedagógicas. O discurso baseado no conceito de competência e qualificação supõe que todos os indivíduos possam adquirir um repertório comum de habilidades, por intermédio de treinamento institucionalizado, desconsiderando os aspectos individuais inerentes a cada trabalhador**. (Silva, 2016. p. 197. Grifo nosso).

Esse modelo tecnicista, por sua vez, também entra em uma crise estrutural ao longo do tempo, exigindo uma alternativa que se adaptasse aos avanços tecnológicos e aos processos gerenciais que iam surgindo. Para tanto, foi preciso que o metabolismo do capital se reestruturasse novamente em sua essência, seguindo, desta forma, o panorama do modelo flexível Toyotista japonês (Antunes, 2009). Neste

modelo, fragmentava-se, então, o trabalho em processos manuais e intelectuais em busca do que intitulavam de qualidade total de mediação. Difundiram-se, também no Brasil, a criação de escolas técnicas como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e construíram a noção de competência associada à qualificação do trabalhador (Silva, 2016).

A inclusão da tecnologia deu ao modelo de produção capitalista mais flexibilidade. No campo educacional, essa flexibilidade do trabalho e a noção de competência seguem por princípios da psicologia behaviorista. Princípios de ações de estímulo e resposta para condicionar comportamentos pré-definidos para viver neste tipo de sociedade. Para Silva (2016, p. 203) “(...) o behaviorismo dá ênfase ao reforço como determinante da aprendizagem e compreende as aquisições dos alunos, a partir dos acontecimentos externos, como por exemplo, as características motivadoras expressas no ambiente da escola e na família”.

Esta questão traz à tona uma educação pautada em uma espécie de competitividade interna e comportamental que se regulou para um mecanismo de qualidade chamado de qualidade total. No Ocidente, o Toyotismo é transfigurado e incorporado para a cena do Neoliberalismo e sustentado pelas teses de qualidade total e teoria do capital humano (Antunes, 2009; Silva, 2016).

Tanto a “teoria da qualidade total” quanto a “teoria do capital humano” impactam na Educação de forma que a atividade docente não expande o conhecimento emancipatóriamente e sim técnico e fragmentado. O neoliberalismo, modelo presente até hoje, exige, assim, uma escola cada vez mais flexível para dar conta da organização estrutural do mundo do trabalho, na qual provocam, por exemplo, os tipos de documentos normativos como a BNCC, técnico e comportamental, para as redes de ensino (Silva, 2016).

Observando pelo contexto histórico do mundo do trabalho para com o ensino escolar, vemos que os modelos do trabalho impactam na forma de organização do sistema de ensino. E, neste sentido, o próprio ensino contemporâneo não está norteado para a emancipação e formação do pensamento reflexivo e crítico, mas sim de um ensino mais técnico pensando na organização do trabalho atual. Faz-se importante apresentar que na introdução dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em notas ao professor, é introduzido o seguinte direcionamento teórico, por Paulo Renato Souza:

O papel fundamental da educação no desenvolvimento das pessoas e das sociedades amplia-se ainda mais no despertar do novo milênio e aponta para as necessidades de se construir uma escola voltada para a formação de cidadãos. **Vivemos numa era marcada pela competição e pela excelência, em que progressos científicos e avanços tecnológicos definem exigências novas para os jovens que ingressarão no mundo do trabalho. Tal demanda impõe uma revisão dos currículos, que orientam o trabalho cotidianamente realizado pelos professores e especialistas em educação do nosso país.** (BRASIL, 1998. Grifo nosso).

É interessante refletir que os documentos educacionais estão voltados a uma educação técnica, instrumental e comportamental que traz exigências de metas de competências e habilidades a serem apropriadas pelos alunos e professores. Os documentos educacionais, por vezes, causam certa confusão para com o professor. Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Referencial Curricular da Rede do Estado (RCE), Projeto Político Pedagógico (PPP) e tantos outros documentos promovem um norteamento das aulas lecionadas pelos professores do Brasil, mas as dúvidas são diversas.

Como planejar uma aula que de conta das habilidades socioemocionais dos alunos, por exemplo, sem que o professor tenha a compreensão profunda dos conceitos do sistema afetivo/emocional humano? Como atingir a mesma competência e habilidade para um aluno que estuda na região centro-oeste e um aluno que estuda na região norte do País que possuem realidades distintas social e culturalmente? Como ensinar os alunos a aprender a conhecer, a ser, a fazer, a viver com os outros, como espera os PCN, se não incluimos a realidade dos alunos e delimitamos competências que devem ser atingidas? Essas competências e habilidades são necessidades educativas fundamentais ao pensamento crítico ou ao mundo do trabalho?

Essas e mais dúvidas surgem no campo escolar. Desta maneira, os livros didáticos e os planos de aula precisam levar em consideração o aluno e sua realidade social, não apenas delimitar atividades “X”, “B” e “A” para atingir certa habilidade ou certa competência, mas sim elaborar atividades que desenvolvam e expandam o pensamento crítico, reflexivo e dialético dos indivíduos.

3. LIVRO DIDÁTICO E AMAZÔNIA

Entre os livros que retratam a realidade da Amazônia, observa-se que apresentam o tema em diferentes escalas (internacional, nacional e regional), no entanto, alguns enfoques são direcionados pelo ponto de vista dos autores da obra. No livro *Geografia - Série Novo Ensino Médio*, por exemplo, o destaque central deu-se pelo viés socioeconômico, o qual explica, para além dos recursos naturais, como clima e vegetação a escala econômica que a Amazônia detém sobre o comércio nacional e internacional.

4.1. Como é retratado o ecossistema

A obra *Território e sociedade no mundo globalizado: ensino médio* retrata a Amazônia destacando a discussão sobre o passado histórico, a influência das migrações devido aos ciclos da borracha e do café, a situação dos povos indígenas, a política de ocupação da Amazônia e os complexos territoriais e fronteiras que delimitam aquele espaço geográfico. Já na obra *Geografia geral e do Brasil: estudos para compreender o espaço – Ensino Médio*, o assunto mais estudado parte de questões geopolíticas e econômicas da Amazônia.

Em *Geografia estudos para a compreensão do espaço* não vemos o enfoque sobre o tema. Neste livro, a temática é discutida rapidamente, em linhas mais gerais, sem muito detalhe sobre os seus processos estruturais, econômicos e políticos. Embora alguns livros didáticos não enfoquem diretamente sobre a Amazônia, observamos que em todas as obras analisadas há o contexto razoável do domínio morfoclimático, da vegetação, do relevo e do ecossistema da Amazônia.

O livro didático é uma das principais fontes de informação dos alunos e podemos usa-lo para destacar conceitos centrais da temática, por isso é importante escolher bem qual livro utilizar. Foram analisados cinco livros didáticos e dois deles foram escolhidos como instrumentos de apoio para a elaboração das sequências didáticas. Consequentemente, foi relevante o uso de critérios para o julgamento destas obras, pois só assim, pode-se avaliar o aprofundamento que o aluno teria da temática seguindo os planos de aula. Como referem Frison *et al.*:

(...) a escolha e utilização do livro didático é uma questão bastante complexa, uma vez que exige a definição de critérios que instrumentalizem o processo de escolha e fomentem a discussão sobre os processos de ensino e aprendizagem. Essa escolha constitui uma responsabilidade de natureza social e política e que muitas vezes traz dificuldades e incertezas aos professores (Frison *et al.*, 2009, p.10)

Nesta perspectiva os livros didáticos são bem estruturados para acompanhar os avanços das políticas socioculturais e atualizar os panoramas didático-pedagógicos em relação à conjuntura da sociedade de classes. A evolução do plano de livros didáticos na educação brasileira é exposta por Dutra Junior e Franco:

O PNLD surge no final do século XX, como alternativa para contrapesar o descompromisso do Estado para com a produção de livros didáticos do século XIX, e atualmente assume papel relevante na análise e seleção deste recurso, pois os critérios utilizados por este programa têm atualmente os seguintes objetivos: averiguar se as obras possuem objetivos claros e definidos; se existem propostas metodológicas coerentes; identificar quais são os conceitos de estudo da Geografia que norteiam a obra; constatar se as informações apresentadas são verdadeiras e atualizadas; e se existe propaganda de marcas/produtos ou manifestação de preconceito (Dutra Junior e Franco 2014, p. 146-147).

Os cenários geográficos do espaço da Amazônia nos livros didáticos analisados apresentam a conjuntura de um estudo sobre a natureza e sua importância para o homem, proporcionando uma possibilidade de leitura que compreenda aquela região do Brasil e de sua importância nas relações

mundiais. Isso posto, levando em consideração os critérios de seleção e organização dos conteúdos estudados, os dois livros selecionados para a aplicação das sequências didáticas foram: *Território e sociedade no mundo globalizado: ensino médio* de Elian Alibi Lucci, Anselmo Lazaro Branco e Cláudio Mendonça, e *Geografia geral e do Brasil: estudos para compreender o espaço – Ensino Médio*, de J. O Tamdjian e I. L. Mendes.

4.2. PROPOSTAS DE ENSINO DO TEMA

Com base em *Geografia geral e do Brasil: estudos para compreender o espaço – Ensino Médio* de J. O Tamdjian e I. L. Mendes, podemos fazer uma sequência didática de dez aulas em prol da produção de um dicionário de termos geográficos e geopolíticos que será elaborado pelos próprios alunos. O ensino da geografia e da geopolítica, como um todo, contribui para a formação social e a identidade do indivíduo, valorizando o espaço, a cultura e a economia de um povo.

Assim, refletem na prática e produção dos alunos, várias questões que serão aprendidas, entre elas as políticas implantadas do Brasil e do Mundo para com o território brasileiro da Amazônia, os interesses socioculturais e econômicos envolvidos nos documentos que supervisionam aquele espaço, o acesso e permanência da população que reside na Amazônia, entre outros.

Para essa sequência didática será usado o livro em duas aulas iniciais como apoio prático para a visualização da extensão do espaço da Amazônia e seus aspectos inerentes. Ao consultarem a obra, os alunos são contemplados com assuntos gerais da Amazônia e afinados para assuntos sobre geopolítica. O livro é fragmentado em três etapas, sendo estas: estruturas geológicas e mapeamento; ecossistema, clima, hidrografia e aspectos físicos da floresta amazônica e, por fim, a organização político-administrativa e o papel na geopolítica brasileira da região em destaque.

Na primeira aula, introdutoriamente, inicia-se uma discussão sobre os aspectos que os alunos conhecem, pertinentes ao espaço da Amazônia, a partir de informação já adquirida, isto é, o que os alunos sabem e pensam sobre a floresta amazônica antes de adentrar as temáticas do livro. Após essa discussão, destacando os pontos centrais discutidos pelos alunos na lousa, o professor medeia à relação de ensino/aprendizagem iniciando uma discussão mais abrangente sobre tal temática utilizando a sequencialidade exposta no livro didático. Finalizando, assim, a primeira aula e seguindo continuidade na segunda.

Com a discussão do livro, os alunos passarão a ter mais base teórica em argumentar sobre o assunto, reconhecendo, portanto, a amplitude em comentar sobre a região amazônica. Para aprofundar e ampliar os aspectos dessa região será utilizado na terceira e quarta aulas, o apoio tecnológico da internet para a visualização de documentários relacionados ao tema da Amazônia, tais como: “Amazônia, da impertinência à conciliação” (2014), baseado em auditoria coordenada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), e “Amazônia Selvagem: berço da Vida”, documentário da *National Geographic* (2019).

Com efeito, diante desse rol de informações, a quinta aula dessa sequência didática terá como finalidade a marcação dos conceitos gerais encontrados pelos alunos no livro e nos documentários, para a futura produção do dicionário de termos geográficos de criação original, para a utilização na avaliação. A sala será organizada em uma roda de discussão em que os alunos irão anotando todos os termos gerais nos quais tiveram mais dificuldade de compreensão.

Na sexta aula, o trabalho dos alunos será colocar tais termos escolhidos em ordem alfabética e, desta forma, o professor introduzirá uma breve discussão sobre a importância dos dicionários para a aprendizagem de conceitos e da lexicografia e lexicologia como campos da linguística. Nesse sentido, os alunos entenderão a complexidade que é a criação de um dicionário. Após a discussão, todos pegarão um dicionário e visualizarão como este é estruturado e constituído.

Na sétima, oitava e nona aula, os alunos iniciarão uma pesquisa em base de dados na *internet*, no livro didático e em outros meios comunicativos, que será norteadas pelos conceitos escolhidos para a produção do dicionário e, assim, executando a pesquisa e com o auxílio do pedagogo, o dicionário começará a ser

produzido. Por fim, uma atividade avaliativa direcionada a partir dos resultados da sequência didática e, também, com a utilização do dicionário criado pelos alunos para o auxílio da atividade, será lecionada na décima aula permitindo a observação dos níveis de aprendizagem que os alunos obtiveram pela sequência trabalhada, finalizando o conjunto das dez aulas.

Uma segunda proposta de sequência didática parte do livro *Território e sociedade no mundo globalizado: ensino médio*, de Elian Alibi Lucci, Anselmo Lazaro Branco e Cláudio Mendonça. Nesta proposta o objetivo central é o estudo comparado da região amazônica com o cotidiano do aluno, promovendo base para o desenvolvimento da personalidade e da humanização dos estudantes pela literatura e outras artes.

Para isso, é interessante conhecer os modos como a sociedade se relaciona com a natureza e com as formas de ocupação espacial, temas bem trabalhados no livro escolhido. A seleção dos conteúdos parte então da conexão Amazônia, que explora a extensão territorial, suas fronteiras e os projetos de cooperação social. Além da arte e da história, trabalhando a Amazônia legal e continental, sua exploração econômica no passado e no período atual, situação dos povos indígenas e propostas de desenvolvimento sustentável.

As características apontadas coincidem com a elaboração de uma sequência didática de dez aulas que exploram o conhecimento sobre a Amazônia, bem como a região em que o aluno reside. As primeiras três aulas partem da discussão sobre as temáticas da Amazônia expostas na sequencialidade do livro didático que será mediada pelo professor. Neste sentido, os alunos se apropriarão dos conhecimentos sobre a Amazônia de forma ampliada.

Ao explorarem o livro, a temática da Amazônia e conhecerem as fronteiras, cultura, economia e a biodiversidade da região amazônica, eles começarão uma pesquisa de campo em duas aulas, explorando o espaço escolar e a região próxima aquele espaço. O objetivo é destacar a biodiversidade, a cultura e os movimentos econômicos que movem o território habitado pelos alunos. Na sexta aula, a turma discutirá em uma roda de conversa, aspectos semelhantes e diferentes entre as duas regiões analisadas, ou seja, um estudo comparado.

Após análise, o professor revelará a avaliação que será exigida na décima aula para observar o aprendizado dos alunos e suas habilidades individuais. Esta atividade se trata de um sarau, isto é, um evento cultural que permite o aluno se expressar e se manifestar artisticamente. Com a temática da “Amazônia espaço de todos”, os alunos produzirão músicas, teatros, danças, desenhos e outras manifestações que retratem o estudo comparado que produziram, formando ideias que englobem sua região e a região amazônica. Nas próximas três aulas, até o dia de apresentação para toda a escola, os alunos terão liberdade de ensaio e produção. Ao fim o evento artístico do sarau demonstrará o aprendizado e as habilidades de cada aluno, finalizando, desta maneira, a sequência de dez aulas lecionadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As propostas de materiais didáticos para o ensino do tema “Amazônia” discutidas neste trabalho contribuem para a prática e produção textual, para o processo da pesquisa e interpretação, o estudo da importância dos dicionários e do trabalho de criação, a expressão humana, além do aprendizado sobre o tema.

Desta forma, ter uma metodologia de ensino que vai para além do uso do livro didático como instrumento de exercícios é extremamente importante para desenvolver os níveis de aprendizagem dos alunos nas atividades de estudo. O livro didático é um instrumento educacional que permite ao professor ampliar o campo de ideias e conhecimentos sobre as temáticas estudadas. Bastam critérios de seleção bem construídos e motivação para a elaboração de sequências didáticas que vão para além do ensino mecânico.

É importante utilizar os recursos que estão ao redor da vida escolar dos alunos, do seu cotidiano, para que as abstrações, análises e sínteses da realidade tenham mais concretude. Seguir os norteamentos dos documentos educacionais é relevante para a construção da personalidade e da cidadania dos alunos, no entanto, devemos pensar no ensino para além de atingir certas competências e habilidades que em sua maioria estão voltadas para o mundo do trabalho.

O movimento dialético que ocorre no planeta Terra precisa ser observado profunda e emancipatóriamente, de forma a expandir as capacidades de pensar e agir dos indivíduos sociais. A Geografia abre portas para refletir sobre o ser e o Mundo. Precisamos aproveitá-la no ensino e aprendizagem escolar, de forma a utilizar todos os recursos possíveis para o desenvolvimento do ser humano.

Famosa por sua biodiversidade, a Amazônia é uma temática que precisa de destaque no ensino brasileiro. O progresso socioeconômico, o desmatamento excessivo e as queimadas influenciam diretamente no modelo de vida dos cidadãos brasileiros de todas as regiões e quando se discute sobre tal temática, aqueles pouco conhecem sobre a região amazônica e sua importância internacional.

O professor é uma das pontes-chave do aluno para o conhecimento. É imprescindível que este observe a realidade de suas turmas e se proponha a trabalhar com suas ideias para colher resultados e se orientar. Neste sentido, ele é capaz de reestruturar os seus métodos de ensino e planos de aula para cada vez mais expandir o pensamento científico dos alunos. Portanto, é importante observar a realidade escolar de forma ampla para desenvolver as atividades de estudo e as propostas de ensino.

BIBLIOGRAFIA

- Amin, M. M. (2015). A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 107, 17-38.
- Antunes, R. (2009). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho* (2. ed.). São Paulo: Boi Tempo.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental (1998). Parâmetros curriculares nacionais: Geografia. Brasília: MEC/SEF.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental (1998). Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental (2003). Projeto de avaliação dos livros didáticos da 1ª à 4ª série. Brasília: MEC.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica (2018). Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica.
- Dutra Júnior, Nelio P. S., Franco, M. M. (2014). Amazônia nos livros didáticos do ensino médio: estudo quantitativo. *Revista de Ensino de Geografia*, 5 (8), 131-149.
- Frison, M. D. et al. (2019). *O livro didático como instrumento de apoio para construção de propostas de ensino de ciências naturais*. Florianópolis: VIIEnpec.
- Gabrelon, A. (2013). *A trajetória do ensino de Geografia no Brasil*. São Paulo: PUC.
- Gabrelon, A. (2016). *O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD): Aquisição e distribuição do livro didático como Política de Estado*. São Paulo: HistedBR.
- Lindquist, R. N. M. (2003). Noção de competências na Educação: uma análise sócio-histórica. In I.B. Leão (Ed.), *Educação e Psicologia: Reflexões a partir da teoria sócio-histórica* (pp. 145-163). Campo Grande: Ed. UFMS.
- Lucci, E. A., Branco, A. L., Mendonça, C. (2016). *Território e sociedade no mundo globalizado: ensino médio* (3. ed.). São Paulo: Saraiva.

- Oliveira, A. (2014). Eficiência e/ou ineficiência do livro didático no processo de *ensino-aprendizagem*. In *Anais do IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação / VII Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação* (pp. 1-11). Porto: s.n.
- Sene, E. (2013). *Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização* (2ª. ed.). São Paulo: Scipione.
- Silva, A. V. M. (2016). A pedagogia tecnicista e a organização do sistema de ensino brasileiro. *Revista HISTEDBR*, 70, 197-209
- Tamdjian, J. O, Mendes, I. L. (2005). *Geografia geral e do Brasil: estudos para compreender o espaço – Ensino Médio*. São Paulo: FTD.
- Vigotski, L. S. (2009). *A construção do pensamento e da linguagem* (2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.